

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	23
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	24
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	26
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.200.000
Preferenciais	0
Total	3.200.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.773.060	235.233
1.01	Ativo Circulante	1.773.060	235.233
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.764.097	228.218
1.01.01.01	Disponibilidades	103	144
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.763.994	228.074
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.963	7.015

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.773.060	235.233
2.01	Passivo Circulante	95.940	105.063
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.795	81.535
2.01.01.01	Obrigações Sociais	28.201	41.655
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	38.594	39.880
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.734	991
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.734	991
2.01.05	Outras Obrigações	17.368	16.996
2.01.06	Provisões	10.043	5.541
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.043	5.541
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.043	5.541
2.03	Patrimônio Líquido	1.677.120	130.170
2.03.01	Capital Social Realizado	3.200.000	1.200.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.522.880	-1.069.830

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-269.720	-513.086	-275.788	-465.686
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-269.720	-513.086	-275.788	-465.686
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-179.322	-360.702	-180.400	-354.372
3.04.02.02	Despesas Administrativas	-88.317	-149.567	-94.191	-108.671
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-2.081	-2.817	-1.197	-2.643
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-269.720	-513.086	-275.788	-465.686
3.06	Resultado Financeiro	44.612	60.036	25.528	56.551
3.06.01	Receitas Financeiras	44.749	60.572	25.742	56.845
3.06.02	Despesas Financeiras	-137	-536	-214	-294
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-225.108	-453.050	-250.260	-409.135
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-225.108	-453.050	-250.260	-409.135
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-225.108	-453.050	-250.260	-409.135
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-225.108	-453.050	-250.260	-409.135
4.03	Resultado Abrangente do Período	-225.108	-453.050	-250.260	-409.135

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-464.121	-396.514
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-453.050	-409.135
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.071	12.621
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-1.948	-8.293
6.01.02.02	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-14.740	4.294
6.01.02.03	Obrigações Fiscais	743	-275
6.01.02.04	Provisões	4.502	16.526
6.01.02.05	Outras Obrigações	372	369
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.000.000	0
6.02.01	Integralização de Capital Social	2.000.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.535.879	-396.514
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	228.218	1.102.566
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.764.097	706.052

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.200.000	0	0	-1.069.830	0	130.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.200.000	0	0	-1.069.830	0	130.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.000.000	0	0	0	0	2.000.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.000.000	0	0	0	0	2.000.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-453.050	0	-453.050
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-453.050	0	-453.050
5.07	Saldos Finais	3.200.000	0	0	-1.522.880	0	1.677.120

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.200.000	0	0	-165.551	0	1.034.449
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.200.000	0	0	-165.551	0	1.034.449
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-409.135	0	-409.135
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-409.135	0	-409.135
5.07	Saldos Finais	1.200.000	0	0	-574.686	0	625.314

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.609	-103.224
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-147.609	-103.224
7.03	Valor Adicionado Bruto	-147.609	-103.224
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-147.609	-103.224
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.036	56.765
7.06.02	Receitas Financeiras	60.036	56.765
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-87.573	-46.459
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-87.573	-46.459
7.08.01	Pessoal	360.702	354.372
7.08.01.01	Remuneração Direta	358.199	348.410
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.503	5.962
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.775	8.304
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-453.050	-409.135
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-453.050	-409.135



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o comentário do desempenho e as informações trimestrais da Companhia Paranaense de Securitização - PRSEC ("Companhia" ou "PRSEC") relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída no dia 16 de julho de 2015, nos termos da Lei Estadual nº 18.468, de 29 de abril de 2015, pelo Estado do Paraná, acionista majoritário, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR, no dia 24 de julho de 2015, com o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 41300292230.

A Companhia é uma sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Paraná, regendo-se pelo Estatuto Social, pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, pela Lei Estadual acima e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia é vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda e tem por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado.

A PRSEC é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob código 2391-4, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria.

DESTAQUES DO PERÍODO

A PRSEC apresentou, em conjunto com o Estado do Paraná, defesa nos autos de procedimento de monitoramento em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), visando alterar o entendimento apresentado por aquele Tribunal no Acórdão de Parecer Prévio nº 223/16, que determinou a não realização de operações de cessão de direitos creditórios pelo Estado do Paraná, o que impede a PRSEC de realizar o seu objeto social, que consiste na "estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado”.

Em 8 de junho de 2017, a PRSEC apresentou aditamento à defesa nos autos de monitoramento, para prestação de informações e a juntada de novos documentos, solicitados pela 1ª Inspeção de Controle Externo - ICE, a fim de melhor instruir o processo.

Na data de encerramento do segundo trimestre a PRSEC aguardava o encerramento da instrução do processo e o seu julgamento, visando possibilitar a realização da operação em estruturação.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A PRSEC não registrou receita operacional e apresentou prejuízo de R\$ 225.108 (duzentos e vinte e cinco mil, cento e oito reais) no encerramento do primeiro trimestre de 2017, em decorrência de seu caráter pré-operacional, conforme destacado nos comentários acima.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A gestão da PRSEC é realizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração da PRSEC, conforme estabelecido no seu Estatuto Social, é o órgão de deliberação responsável pela orientação superior da Companhia e é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 3 (três) anos.

A Diretoria Executiva é composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 3 (três) anos, e as respectivas atribuições são aquelas definidas no Estatuto Social da Companhia.

O Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 1 (um) ano, tendo suas atribuições e competências previstas na Lei Federal nº 6.404/1976.

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, aprovada na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, na data de 14 de setembro de 2015, estabelece um conjunto de regras com a finalidade de garantir a preservação dos interesses de seus acionistas, investidores e o cumprimento da legislação vigente, tendo por princípios basilares a:



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

- a) Obediência à legislação específica a que a Companhia esteja sujeita;
- b) Aderência às melhores práticas de relações com investidores;
- c) Transparência de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral.

Curitiba, 17 de julho de 2017.

Carlos Alberto Vagetti Silva
Diretor de Gestão Corporativa

Rogério Perna
Diretor Presidente



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Securitização - PRSEC ("Companhia" ou "PRSEC") é uma sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Paraná, constituída no dia 16 de julho de 2015, nos termos da Lei Estadual nº 18.468/2015, tendo seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR, no dia 24 de julho de 2015, sob NIRE nº 41300292230.

A PRSEC é vinculada institucionalmente à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, regendo-se pelo Estatuto Social, pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, pela Lei Estadual mencionada acima e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia tem por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado. O Estado do Paraná realizará com a PRSEC instrumento particular de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios (fluxo de recebimento) e outras avenças, a título oneroso, para fins de realização da operação de securitização.

A PRSEC é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob código 2391-4, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria.

A Companhia está em fase pré-operacional e em conjunto com o Banco Bradesco S/A, Agente Financeiro contratado, por meio de Pregão Eletrônico, responsável pela estruturação e distribuição da operação, executou atividades com foco na estruturação da primeira operação de securitização dos direitos creditórios oriundos do Programa Paraná Competitivo, de titularidade do Estado do Paraná. Para a estruturação da operação em curso foram concluídas a análise do fluxo de recebíveis e a modelagem financeira, com a definição da estrutura preliminar da operação, identificação e elaboração das minutas dos contratos exigidos para a realização dessa.

Decisão do Tribunal de Contas do Estado Paraná

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR, por meio do Acórdão de Parecer Prévio nº 223/16, determinou a não realização de operações de cessão de direitos creditórios pelo Estado do Paraná, por entender que a referida operação se trata de operação de crédito, e que estaria em desconformidade com a legislação que rege as operações de crédito, notadamente, o art. 32, caput e § 1º, da Lei Complementar 101/00, e a Resolução nº 43, do



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

Senado Federal, o que impede a PRSEC de realizar o seu objeto social, que consiste na estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado.

A PRSEC interpôs Recurso de Revista perante o TCE/PR sustentando a legitimidade da estrutura da operação, com o objetivo de revisão de posicionamento desse Órgão de controle externo.

A PRSEC apresentou, em conjunto com o Estado do Paraná, defesa nos autos de procedimento de monitoramento em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), visando alterar o entendimento apresentado por aquele Tribunal no Acórdão de Parecer Prévio nº 223/16, que determinou a não realização de operações de cessão de direitos creditórios pelo Estado do Paraná, o que impede a PRSEC de realizar o seu objeto social, que consiste na “estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreada em direitos creditórios de titularidade do Estado”.

Em 8 de junho de 2017, a PRSEC apresentou aditamento à defesa nos autos de monitoramento, para prestação de informações e a juntada de novos documentos, solicitados pela 1ª Inspeção de Controle Externo - ICE, a fim de melhor instruir o processo.

Na data de encerramento do segundo trimestre a PRSEC aguardava o encerramento da instrução do processo e o seu julgamento, visando possibilitar a realização da operação em estruturação.

2 Base de preparação das Informações Financeiras Trimestrais

2.1 Declaração de Conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas a sua emissão no dia 8 de agosto de 2017.



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

2.2 Base de Mensuração

As informações financeiras trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativo.

2.3 Moeda Funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das informações trimestrais. Todas as informações apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações financeiras trimestrais foram baseadas em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como parte integrante das informações financeiras trimestrais conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das informações financeiras trimestrais são:

3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Os equivalentes de caixa são os recursos bancários, em espécie ou aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

Representados por ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

3.3 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou construtiva, que possa ser estimada ou mensurada de forma objetiva, em consequência de um evento passado. Os registros das provisões, muito provavelmente, exigem recursos econômicos para a sua liquidação. A despesa relativa a qualquer provisão é reconhecida no resultado.

3.4 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 no exercício para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

O imposto de renda corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, conforme taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. A Administração não está constituindo imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

3.5 Apuração do Resultado

A Companhia não registrou receita operacional no período por estar em fase pré-operacional.



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

A receita auferida é decorrente das aplicações financeiras.

A despesa incorrida no período é resultante dos custos de manutenção da Companhia.

O resultado foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	103	144
Aplicações Financeiras (*)	<u>1.763.994</u>	<u>228.074</u>
Total	<u>1.764.097</u>	<u>228.218</u>

(*) As aplicações financeiras estão mantidas no Banco do Brasil, em fundo de investimento classificado como de curto prazo, denominado BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Setor Público - FICFI, cujas cotas estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas a preços de mercado e divulgadas diariamente.

Os recursos aplicados são oriundos de integralização de capital social, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

Os rendimentos das aplicações financeiras do trimestre findo em 30 de junho de 2017, no montante de R\$ 44.652 (R\$ 25.701 no trimestre findo em 30 de junho de 2016), estão registrados como "Receitas Financeiras" conforme demonstrado nota explicativa nº 11.

5 Tributos a Recuperar

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os resgates de aplicações financeiras no montante de R\$ 8.963 (R\$ 7.015 em 31 de dezembro de 2016). O referido Imposto poderá ser recuperado nos períodos seguintes, mediante compensação, quando da apuração de base de cálculo positiva. O valor de R\$ 7.015 registrado em 31 de dezembro de 2016 foi totalmente compensado.



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

6 Obrigações Sociais e Trabalhistas

A Companhia remunera mensalmente seus colaboradores e membros estatutários, e realiza a provisão dos valores relativos aos encargos sociais e previdenciários, conforme disposições internas.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a composição de obrigações sociais e trabalhistas foram as seguintes:

	30/06/2017	31/12/2016
Salários a pagar	3.793	5.081
Pró-labore a pagar	34.801	34.799
FGTS a recolher	366	661
INSS a recolher	12.748	19.484
IRRF s/ folha a recolher	<u>15.087</u>	<u>21.510</u>
Total	<u><u>66.795</u></u>	<u><u>81.535</u></u>

7 Obrigações Fiscais

Em 30 de junho de 2017, os tributos relativos às Contribuições previstas na Lei Federal nº 10.833 e 10.637, montavam o valor de R\$ 1.734 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 89 referente a PIS a recolher, R\$ 547 referente a COFINS a recolher e R\$ 1.098 referente a retenções de tributos federais sobre serviços tomados (R\$ 18 referente a PIS a recolher, R\$ 114 referente a COFINS a recolher e R\$ 859 referente a retenções de tributos federais sobre serviços tomados em 31 de dezembro de 2016).

8 Outras Obrigações

Em 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 17.368 (R\$ 16.996 em 31 de dezembro de 2016) refere-se aos honorários contábeis, auditoria externa e alugueis a pagar.



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

9 Provisões

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, as provisões previdenciárias e trabalhistas estavam compostas da seguinte forma:

	30/06/2017	31/12/2016
Provisão de férias	5.085	4.068
Provisão de 13º salário	2.289	-
INSS s/ férias	1.434	1.147
FGTS s/ férias	407	326
INSS s/ 13º salário	645	-
FGTS s/ 13º salário	<u>183</u>	<u>-</u>
Total	<u>10.043</u>	<u>5.541</u>

10 Patrimônio Líquido

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 1.200.000.

Em 15 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social, a ser subscrito e integralizado pelo Estado do Paraná, no valor de R\$ 2.000.000, representado por 2.000.000 de ações ordinárias.

No dia 16 de fevereiro de 2017, o Estado do Paraná, subscreveu as 2.000.000 de ações ordinárias, conforme Boletim de Subscrição de Ações Ordinárias nº 06, e no dia 10 de março de 2017 as integralizou, mediante depósito na conta corrente da Companhia (Banco do Brasil, Ag. 3793-1, conta corrente 11.119-8), no valor de R\$ 2.000.000.

Em 30 de junho de 2017, o capital social da PRSEC subscrito e integralizado era de R\$ 3.200.000, representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações	R\$
Estado do Paraná	3.199.997	3.199.997
George Hermann Rodolfo Tormin	1	1
Mauro Ricardo Machado Costa	1	1
Rogério Perna	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>3.200.000</u>	<u>3.200.000</u>



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), independente de reforma estatutária, mediante autorização do Conselho de Administração ouvindo-se antes o Conselho Fiscal, nos termos do § 1º, art. 3º Estatuto Social.

10.2 Reserva Legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

10.3 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. O dividendo obrigatório poderá ser pago pela Companhia sob a forma de juros sobre o capital próprio.

10.4 Resultado Acumulado

No trimestre findo em 30 de junho de 2017, a PRSEC reportou prejuízo no valor de R\$ 225.108 (R\$ 250.260 no trimestre findo em 30 de junho de 2016) em função de sua organização e estruturação, em decorrência de seu caráter pré-operacional.

11 Receitas Financeiras

No trimestre findo em 30 de junho de 2017, a PRSEC obteve receitas financeiras no montante de R\$ 44.749 (R\$ 25.742 em 30 de junho de 2016) sendo R\$ 44.652 (R\$ 25.701 em 30 de junho de 2016) sobre rendimentos de aplicação financeira e R\$ 97 (R\$ 41 em 30 de junho de 2016) sobre atualização da taxa Selic sobre compensações efetuadas no período.



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

12 Despesas com Pessoal

Composição das despesas com pessoal:

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Salários e ordenados	12.219	25.949	31.200	62.400
13º salário	1.144	2.288	2.600	5.200
Férias	1.526	3.052	3.467	6.933
Pró-labore	129.831	259.662	105.831	206.415
INSS	33.411	67.248	34.321	67.462
FGTS	<u>1.191</u>	<u>2.503</u>	<u>2.981</u>	<u>5.962</u>
Total	<u>179.322</u>	<u>360.702</u>	<u>180.400</u>	<u>354.372</u>

13 Despesas Administrativas

Composição das despesas administrativas:

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Honorários contábeis	11.687	23.374	11.687	23.374
Publicações	27.170	27.908	21.003	22.251
Impostos e taxas	1.411	1.957	5.199	5.447
Cartórios	-	243	64	236
Correios	90	166	125	263
Contribuição Patronal	-	-	-	889
Auditoria	41.875	83.750	55.833	55.833
Aluguéis	1.835	3.670	-	-
Outros	<u>4.249</u>	<u>8.498</u>	<u>280</u>	<u>378</u>
Total	<u>88.317</u>	<u>149.567</u>	<u>94.191</u>	<u>108.671</u>



CNPJ: 23.043.212/0001-51 / NIRE: 41300292230
Registro na CVM nº 2391-4

NOTAS EXPLICATIVAS

14 Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existem processos de qualquer natureza classificados como risco provável ou possível, conhecidos pela Administração, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

15 Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a PRSEC não apresentava saldos com partes relacionadas, em particular, com seu controlador.

16 Gerenciamento de Riscos

Considerando o estágio atual de suas operações e que suas disponibilidades estão aplicadas em fundo de investimento classificado como de curto prazo, cuja carteira é composta por títulos e operações com prazo máximo a decorrer de 365 dias e carteira com prazo médio inferior a 60 dias, a Administração entende que o risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é irrelevante, considerando as características dos instrumentos financeiros registrados.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Paranaense de Securitização - PRSEC

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paranaense de Securitização - PRSEC ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia Paranaense de Securitização - PRSEC continua em fase pré operacional devido ao fato do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR, por meio do Acórdão de Parecer Prévio nº 223/16, ter determinado que a Companhia não poderia realizar operações de cessão de direitos creditórios pelo Estado do Paraná, por entender que a referida operação possui característica de operação de crédito, e que portanto, estaria em desconformidade com a legislação que rege as operações de crédito, notadamente, o art. 32, caput e § 1º, da Lei Complementar 101/00, e a Resolução nº 43, do Senado Federal. Enquanto não houver desfecho deste assunto, a Companhia tem dependido substancialmente de aportes de recursos de seus controladores. A Companhia interpôs Recurso de Revista perante o TCE/PR sustentando a legitimidade da estrutura da operação, com o objetivo de revisão de posicionamento desse Órgão de controle externo, mas até a data de autorização para emissão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2017, não houve desfecho desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Curitiba, 8 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR

Cristiano Aurélio Kruk

Contador CRC PR-054366/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Securitização – PRSEC, em cumprimento ao que dispõe o art. 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao segundo trimestre do exercício social de 2017, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Comentário do Desempenho do trimestre encerrado em 30 de junho de 2017. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e pela representante da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, são de opinião de que as Informações Trimestrais supramencionadas refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade na data de 30 de junho de 2017, opinando por sua aprovação. É o Parecer.

Curitiba, 8 de agosto de 2017.

Marlene de Souza Strada

Conselheira

Presidente da Reunião

João Luiz Giona Júnior

Conselheiro

Secretário da Reunião

Edemilson José Pego

Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) – 2º TRIMESTRE DE 2017

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO - PRSEC, sociedade de economia mista com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Vicente Machado, nº 445, 16º andar, CEP 80420-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.043.212/0001-51, com registro na CVM sob o nº 2391-4 ("Companhia"), nos termos do artigo 25, § 1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017.

Curitiba, 7 de agosto de 2017.

Rogério Perna

Diretor Presidente

Carlos Alberto Vagetti Silva

Diretor de Gestão Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) – 2º TRIMESTRE DE 2017

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PARANAENSE DE SECURITIZAÇÃO – PRSEC, sociedade de economia mista com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Vicente Machado, nº 445, 16º andar, CEP 80420-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.043.212/0001-51, com registro na CVM sob o nº 2391-4 (“Companhia”), nos termos do artigo 25, § 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 8 de agosto de 2017, relativamente às informações trimestrais da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017.

Curitiba, 8 de agosto de 2017.

Rogério Perna

Diretor Presidente

Carlos Alberto Vagetti Silva

Diretor de Gestão Corporativa